
Tempos que se sobrepõem – notas arqueológicas sobre o parto¹

Luiza Müller²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apontar caminhos para o debate dos fundamentos culturais e semióticos de enunciados e tecnologias que engendram as mediações e a sociabilidade do parto, além de problematizar as corporalidades envolvidas no acontecimento parturial. Para isso, parte de uma revisão bibliográfica acerca do tema, ensaiando os primeiros passos para uma investigação propriamente arqueológica, utilizando preceitos teórico-metodológicos da arqueologia das mídias. O texto diferencia o parto, enquanto acontecimento, no entendimento de Michel Foucault (1995), do fazer nascer como uma prática biopolítica de interferência e socialização de tal acontecimento. Além disso, fornece insumos para a problematização do agenciamento de forças operado sobre o corpo com útero na sua construção como máquina de (re)produção de corpos.

PALAVRAS-CHAVE: parto; arqueologia; comunicação; gênero; corpo.

1. Introdução

Em esforço historiográfico voltado ao parto, à reprodução e à maternidade, ou ao que chamou de *sul do corpo*, das mulheres do Brasil Colônia³, Mary Del Priore afirma que o parto é um

Repositório de práticas exclusivamente femininas - pois ainda se dá à luz tal como se fazia no século XVII (...) -, a maternidade acabou preservando, até hoje, formas e técnicas específicas. Esse conjunto de saberes informais resistiu bravamente à vampirização do saber oficial e masculino sobre a reprodução e o parto, vincando a diferença sexual e incentivando tanto a emancipação biológica quanto aquela ideológica da mulher, ao longo da história. (DEL PRIORE, 2009, n.16)

O parir, assim como o fazer nascer⁴, todavia, acumulam diversas camadas de sentidos ao longo do tempo, configurando-se em problema semiótico e arqueológico.

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS, e-mail: luiza.muller@ufrgs.br

³ O período conhecido como Brasil Colônia ou Brasil colonial ocorreu entre os séculos XVI e XIX.

Isto porque, tensionados pelas tecnologias, relações de sexo e gênero (já bem mais porosas do que vincadas) e o controle biopolítico de corpos, dar a luz e fazer nascer agenciam um campo de grandes disputas de práticas e de significação, indo além da exclusividade da mulher (afinal, homens trans também parem) assim como de uma potencial dicotomia entre cientificismo masculino e saberes informais femininos.

Sobre o acontecimento parturial, o pesquisador e obstetra Michel Odent (2003), assim como Del Priore (2009), defende um olhar interessado no passado, pois “(...) desde tempos imemoriais, todas as sociedades humanas conhecidas vêm tendo motivos para interferir na fisiologia do parto. As ferramentas mais rudimentares têm sido as crenças e os rituais.” (ODENT, 2003, p.41, 42). Sendo tais crenças e rituais, tanto as práticas tradicionais, os saberes assujeitados no entendimento foucaultiano (FOUCAULT, 1999), como as técnicas também legitimadas pelo discurso médico. Silvia Federici (2017), por sua vez, em sua investigação sobre a instauração do sistema capitalista na Europa, dá grande destaque à figura da parteira enquanto detentora de métodos e saberes, mais tarde expropriados e, parcialmente, apropriados pela ciência e pelos homens no intuito de manejar o corpo feminino, conduzindo-o enquanto máquina reprodutora de mão de obra.

Parece-nos que o que tais autores dão a ver em suas investigações, mais que um pseudo-saudosismo do domínio feminino sobre a reprodução ou mesmo um desejo de retorno ao passado, é a necessidade de um olhar arqueológico sobre o parto, “(...) pois é um eufemismo dizer que os tempos se multiplicaram, eles se sobrepõem” (VOVELLE apud DEL PRIORE, 2009, p.31). Neste sentido, a temática do parto em seu campo discursivo próprio, é inerentemente não linear.

A partir de tal problematização, este artigo objetiva apontar caminhos para o debate dos fundamentos culturais e semióticos de enunciados e tecnologias que engendram as mediações e a sociabilidade do parto, além de problematizar as corporalidades envolvidas no acontecimento parturial. Para isso, partimos de uma revisão bibliográfica acerca do tema, ensaiando os primeiros passos para uma

⁴ Diferenciamos, neste artigo, o *parir* do *fazer nascer*. O *parir* entendemos como um acontecimento: uma irrupção não necessária da regularidade, não determinada por leis, nem por regras; e também referente a um instante e momento específico, conforme Michel Foucault (1995) compreende o acontecimento. Já o *fazer nascer* configura-se em práticas biopolíticas de interferência e socialização do acontecimento parturial, como a mediação da parteira ou a medicalização ou interferência cirúrgica do médico.

investigação propriamente arqueologia, utilizando preceitos teórico-metodológicos da arqueologia das mídias, enquanto um campo de estudos que busca evidenciar as camadas arqueogenealógicas das nossas “invenções supostamente inovadoras” (PARIKKA, 2017, p.36).

2. Escolhas teórico-metodológicas

“Constatava assim que as fontes existiam, mas que estavam em migalhas e dispersas, dificultando-me perceber as transformações mais finas pelas quais passavam as mulheres” (DEL PRIORE, 2009, n.14). Assim Mary Del Priore descreve os obstáculos para retrair a história das mulheres no Brasil Colônia: uma escassez de documentação e registros que permitissem à historiadora *garimpar*, como a própria denomina, as vivências femininas na sua ambiência ou a partir de sua própria voz. Existiu também, de acordo com a autora, uma grande dificuldade na identificação das “mediações que transportavam o projeto normatizador metropolitano até as mulheres.” (DEL PRIORE, 2009, n.14) Ou seja, uma névoa envolvendo as técnicas e meios de comunicação empregados para a transmissão do projeto que Portugal tinha para as mulheres na colônia, fossem elas brancas, negras escravizadas ou nativas: a povoação do Brasil. Assim, “Situar-se diante da feminilidade da mulher colonial e conhecer o relacionamento que ela tinha com seu corpo significa, para o historiador, escutar um campo histórico de informações bastante oblíquas.” (DEL PRIORE, 2009, p.182)

Silvia Federici vai mais longe, relatando ter sido necessária, para a reconstrução da história das mulheres no período da caça às bruxas, “(...) uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e uma visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração.” (FEDERICI, 2017, p.29)

O que isso evidencia é que basear-se em documentos oficiais e registros escritos é sempre uma rota repleta de obstáculos quando o se deseja é identificar os discursos daqueles que não ocupavam os espaços institucionalizados de poder e saber, como é o caso das mulheres. Ademais, Del Priore (2009) alega que os poucos arquivos disponíveis evidenciavam o desconhecimento que se tinha na época sobre a anatomia feminina, o que fazia da vagina (de todo o sistema reprodutor feminino, na verdade) e da maternidade um território envolto em mistério e, nos seus enunciados, absortas em

um “(...) discurso interminável, que parecia enterrar as práticas sob uma montanha de comentários religiosos, jurídicos e médicos.” (DEL PRIORE, 2009, n.24)

Que arquivos investigar, portanto, para além dos laudos, cartilhas e livros de anatomia de modo a identificar outros regimes discursivos sobre o parto, que não os dos homens e da medicina?

2.1. Entre arquivos e o extra-discurso

Michel Foucault (1995) apresenta o arquivo como sistema que instaura os enunciados enquanto acontecimentos e coisas: “(...) entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras e uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transmissão de enunciados.” (FOUCAULT, 1995, p. 150) Ou seja, o arquivo é o que determina o que pode ser dito, merece ser memorizado ou esquecido, que organiza os enunciados e os preserva ao longo do tempo, agrupando uns com os outros segundo relações específicas, ou também, o que os pulveriza a partir de certas regularidades.

O arquivo não é, portanto, apenas o que foi registrado através da escrita ou outras materialidades (como vídeo, áudio, foto, ilustração, etc), é também a tradição oral ou mesmo algum instrumento ou tecnologia que, em seu hardware, estabelece leis de regimes discursivos. O arquivo também constrói o que ele exclui, delimitando o extra-discurso:

Essa delimitação, que frequentemente é efetuada como uma pressuposição pouco teorizada em qualquer ato de descrição, marca uma fronteira que inclui e exclui, que decide, por assim dizer, o que será e o que não será o conteúdo do objeto ao qual nós então nos referimos. Esse processo de distinção terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois ele pode construir apenas através do apagamento; ele pode limitar uma coisa apenas através da imposição de um certo critério, de um princípio de seletividade. (BUTLER, 2001, p.11)

No que diz respeito ao parto, os saberes femininos, muito frequentemente, configuram o extra-discurso de arquivos que organizam os saberes oficiais, especialmente no que diz respeito à medicina. Por essa razão, faz-se necessário um esforço de, na superfície desses discursos (via de regra, o discurso do opressor), identificar à margem, uma história contada, às avessas, pelas mulheres.

Nesse contexto, “A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas do elemento do arquivo.” (FOUCAULT. 1995, p. 151) A antítese dessa metodologia proposta por Foucault na obra *Arqueologia do Saber*, de 1969, é a história das ideias: ciência dos começos e dos fins que se ocupa da reconstituição das continuidades lineares. Já a arqueologia é “(...) precisamente o abandono da história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram.” (FOUCAULT. 1995, p. 159). É a arqueologia foucaultiana, portanto, uma reescrita: não é a descoberta de uma nova verdade, mas sim uma potencial recriação, “uma transformação regulada do que já foi escrito” (FOUCAULT, 1995, p.60).

Apropriado desta lógica, Michael Goddard, explica sobre uma Ecologia das Mídias:

O arquivo de registros de som e vídeo e documentos textuais, associados a uma ecologia das mídias histórica, mesmo quando suprida por relatos ou entrevistas com participantes, não pode jamais esperar reconstituir mais do que a sombra de um mundo midiático em pleno funcionamento, e muitas vezes apenas indicam seus componentes materiais em vez de sua dinâmica social e subjetiva. E, ainda assim, alguns desses traços são sugestivos o bastante para permitir um vislumbre imaginativo sobre o modo de vida que uma ecologia midiática particular foi capaz de gerar, do que ela soube aproveitar do seu entorno sociotécnico e até que ponto ela remodelou o ambiente midiático e social ao seu redor. (GODDARD, 2017, p.27)

Assim, através de uma miríade enunciativa, organizada por arquivos diversos, evidenciam-se os saberes, técnicas e tecnologias do parto - uma reescrita da história do parir, como acontecimento, e do fazer nascer, como prática biopolítica.

Neste sentido, a análise de tais enunciados, enquanto arquivos que comunicam determinados sentidos e tecnologias que criam ambiências, faz deste um campo de investigação próprio da comunicação. Pois da mesma maneira que Sadie Plant, autora britânica, deu a ver as genealogias de tecelagem enquanto parte inerente da cultura computacional (PARIKKA, 2017) – uma reescrita arqueogenealógica baseada em técnicas e vivências femininas –, os discursos sobre o parto e sua propagação ao longo do tempo podem também, potencialmente, evidenciar as linhas de força da agência feminina, extrapolando o ambiente doméstico ou hospitalar. Isso porque, como afirma Michel Odent, “(...) examinar as consequências (...) da forma pela qual nascemos

significa penetrar no campo da sociabilidade, da agressividade, ou, para colocar de outra maneira, da capacidade de amar.” (ODENT, 2003, p.80, 81)

3. Anarqueologia do parto

Vi, assim, a história de santas, de mães, de sereias, de putas, de pandoras e curandeiras. Histórias que colocam repetidamente a pergunta: quem somos nós?

(DEL PRIORE, 2009, n.18)

Sobre a proposta Foucaultiana, a Arqueologia das Mídias faz ainda mais um giro, defendendo que o autor francês proporia, na realidade, uma anarqueologia, visto que não é apenas a coleta e rearranjo do velho e do novo, mas sim a evasão da ideia de qualquer experiência suficientemente original ou genésica (GODDARD, 2017). Assim, uma anarqueologia das mídias de esteios foucaultianos consiste em “uma história que acarreta visualizar, ouvir e a arte de combinar usando aparelhos técnicos, o que privilegia uma compreensão de suas possibilidades multifacetadas sobre as suas realidades na forma de produtos” (ZIELINSKI, 2006 *apud* GODDARD, 2017, p.18)

Outro aspecto que aqui nos interessa sobre a anarqueologia das mídias defendida por Zielinski (*apud* GODDARD, 2017) é a sua relação com o perdedor.

Essencialmente, o que Zielinski tira dessa ideia de “anarqueologia” (...) é uma história não linear, que é tanto ou mais interessada nos “perdedores” - inventores ou invenções que permaneceram potenciais e imaginárias em vez de terem sido realizadas ou implementadas - e que rejeita qualquer ideia de origem ou teleologia. (GODDARD, 2017, p.18)

Assim, é possível escavar, mesmo no extra-discurso, por tecnologias não apenas as estabelecidas e legitimadas, mas também técnicas de ver e ouvir que, postas à margem pela ciência, pulverizaram-se e reagruparam-se ao longo do tempo. “Isso é mais um efeito da abordagem arqueológica: dilatar as camadas temporais da mídia para além de sua circunscrição usual a artefatos da modernidade recente.” (GODDARD, 2017, p.17)

3.1. Saberes mágicos e o mistério feminino

Um dos argumentos centrais da obra de Silvia Federici (2017) é que a caça às bruxas tenha sido, mesmo que parcialmente, resultado de uma tentativa de criminalização do controle de natalidade, através de métodos contraceptivos caseiros e ou também técnicas abortivas milenares, para colocar o útero a serviço da produção de força de trabalho. Tecnologias disciplinares nascem, assim como muitas técnicas de controle também passam a ser gestadas.

Os séculos XVI e XVII marcaram o momento de apogeu do mercantilismo e testemunharam o começo dos registros demográficos (nascimentos, mortes e matrimônios), do recenseamento e da formalização da própria demografia como a primeira “ciência de Estado”, é uma prova clara da importância estratégica que começava a adquirir o controle dos movimentos da população para os círculos políticos que instigavam a caça às bruxas (CULLEN, 1975, *apud* FEDERICI, 2017, p.326, 327)

Por isso, muitas das mulheres queimadas como bruxas eram, na verdade, curandeiras, “mulheres sábias” e parteiras. Senhoras que carregavam conhecimentos tradicionais sobre o controle reprodutivo. No Brasil Colônia, é possível reconhecer figura parecida. Tais mulheres, a maioria já idosas, tinham grande prestígio junto à sociedade, pois carregavam vasto conhecimento sobre o fazer nascer: conheciam os pormenores da gravidez e o puerpério por terem vivenciado tais processos. Assim, geracionalmente, eram guardiãs desses costumes pertencentes às mulheres e à sua intimidade coletiva. Assim,

Na comunidade feminina, detentora de ritos quase imóveis, parteiras, mais além do ‘aparar crianças’ nos partos que realizavam, eram benzedoras e recitavam palavras mágicas para auxiliar a mãe, faziam abortos, eram cúmplices de infanticídios, facilitavam o abandono de crianças ou as encaminhavam para famílias que as absorviam, vivendo, portanto, na fronteira ambígua entre a vida e a morte. (DEL PRIORE, 2009, p.225)

O parto se dava, para a mulher, enquanto processo ativo em que o corpo emitia os sinais que acionavam o momento, fosse agachada, sentada, deitada ou de quatro. “Esta ‘coisa de mulher’ em que se constituía dar à luz requeria ritos e saberes próprios, em que os homens só interfeririam em casos de emergência e, sobretudo, nos centros urbanos.” (DEL PRIORE, 2009, p.224)

Era necessário, todavia, tanto na Europa que transicionava em direção ao sistema capitalista, quanto na colônia portuguesa do Brasil, que tais saberes estivessem sob o domínio do Estado e da Igreja, ambos objetivando um controle sobre a reprodução de corpos e sujeitos. Uma investida de dominação nada fácil, vale apontar, visto que, “Uma parteira originalmente é uma figura materna” (ODENT, 2003, p.42). Ou seja, desligar tais práticas, saberes e tecnologias da vivência feminina demandaria, literalmente, uma caça às bruxas. Neste contexto, passou a ser proibido, na Europa, que o fazer nascer fosse exercido por uma mulher, a menos que estivesse comprovado ser ela uma “boa cristã”.

as parteiras ou eram contratadas para vigiar as mulheres (para verificar, por exemplo, se não ocultavam uma gravidez ou se tinham filhos fora do casamento) ou eram marginalizadas. Tanto na França quanto na Inglaterra, a partir do final do século XVI, poucas mulheres foram autorizadas a praticar a obstetrícia, uma atividade que, até então, havia sido seu mistério inviolável. Por volta do início do século XVII, começaram a aparecer os primeiros homens parteiros e, em questão de um século, a obstetrícia havia caído quase completamente sob controle estatal. (FEDERICI, 2017, p.327, 328, 329)

Neste contexto, a mulher passa a exercer um papel passivo no parto, enquanto que “os médicos homens passaram a ser considerados como ‘aqueles que realmente davam vida’ (como nos sonhos alquimistas dos magos renascentistas)” (FEDERICI, 2017, p. 177). É também com essa mudança que emerge uma nova prática obstetrícia, que dava prioridade à vida da criança em detrimento da vida da mãe. Para que tal estado de coisas se instituísse também foi preciso que o grupamento de mulheres, tradicionalmente reunida em torno da parturiente, fossem expulsas do quarto. (FEDERICI, 2017)

Não à toa, essa foi a era da mecanicização do corpo, que se torna um significante do obstáculo à razão. Assim, “enquanto o proletariado se converteu em ‘corpo’, o corpo se converteu em ‘proletariado’ e, em particular, em sinônimo de fraqueza e irracionalidade (a ‘mulher em nós’, como dizia Hamlet)” (FEDERICI, 2017, p.277, 278). O corpo-máquina foi, portanto, a primeira máquina capitalista (FEDERICI, 2017), apesar da máquina a vapor usualmente receber este título. O que é importante considerar nessa arqueologia do parto, visto que, para a arqueologia das mídias, a invenção das máquinas (compreendidas em termos não apenas tecnológicos, mas também políticos) é

tema de particular interesse, assim como “(...) as agências humana e maquina sejam ambas articuladas em agenciamentos midiáticos específicos.” (GODDARD, 2017, p.21)

Assim, além do “poder civilizador da maternidade” (DEL PRIORE, 2009, p.15), o discurso normativo médico também entrou em cena, defendendo a partir de um discurso científico, que a função biológica da mulher era a maternidade, um corpo-máquina de (re)produção de gente. Dessa forma, sua saúde física e mental estava balizada na efetividade dessa finalidade. “A feminilidade, portanto, impregnaria o ser inteiro.” (DEL PRIORE, 2009, p.177)

“O esforço da medicina em mapear a ‘madre’⁵ e em fazer falar o corpo feminino era denotativo do mistério que simbolizava a mulher.” (DEL PRIORE, 2009, p.176) Dessa forma, investiu-se sobre o corpo feminino não apenas para atribuir funções, mas também para organizar o parto. Tal organização seria a base para o desenvolvimento recente do parto industrializado, no qual “(...) o fenômeno mais importante foi um aumento do controle do processo do parto por parte dos médicos.” (ODENT, 2003, p.44)

Determinando o que seria mais adequado à parturiente, o médico esvaziava conselhos caseiros, saberes domésticos e práticas eminentemente femininas sobre o ‘saber-fazer’ o parto. Se não os esvaziava, tentava o mínimo sobrepô-los ou reorganizá-los com uma nova linguagem. (DEL PRIORE, 2009, p.223)

Neste contexto, a invenção de instrumentos, como o fórceps, por exemplo, e a introdução do sujeito médico – que, por si só, era o significante do Estado, do domínio masculino, da Ciência e também da Igreja em certos momentos históricos – como atores do fazer nascer foram determinantes nas transformações do parto.

3.2.Industrialização do fazer nascer

Com a deslegitimação da parteira e da curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de uma saber empírico acumulado que, através da tradição oral e das conexões de afeto, haviam sido transmitidos de geração em geração. Tal movimento pavimentou os caminhos para “o surgimento da medicina profissional, que, apesar de

⁵ Por “madre” compreende-se todo o sistema reprodutor feminino no período colonial brasileiro, de acordo com Del Priore (2009)

suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico indisputável, inacessível e estranho para as ‘classes baixas’” (EHRENREICH; ENGLISH; STARHAWK *apud* FEDERICI, 2017, p.364).

Michel Odent (2003), já sobre a realidade do século XX, aponta o mesmo processo, todavia agenciado, mais evidentemente, sobre bases financeiras. “O principal ímpeto de eliminar as parteiras se disfarça no pretexto de melhorar a assistência. Porém, os reais motivos eram econômicos.” (ODENT, 2003, p.45) Dessa forma, a hospitalização haveria se disseminado mais rapidamente na Europa. Todavia, O parto industrializado teve como esteio definitivo o professor estadunidense de obstetrícia, Joseph DeLee, em artigo feito em 1920, de título “O uso profilático do fórceps”, no qual define o parto como um processo patológico. Em seu estudo, as recomendações de rotina para qualquer parto eram o uso de fórceps e a episiotomia⁶. Além disso, DeLee também recomendava que a paciente estivesse sedada e que agentes químicos fossem utilizados para a expulsão mais rápida da placenta. “O tratado de DeLee foi de tanta influência nos EUA que, pela década de 30, a ‘obstetrícia profilática’ já tinha se tornado a norma.” (ODENT, 2003, p.45, 46)

Também no início do século, o parto do “Sono do Crepúsculo” (ODENT, 2003, p.46) foi vastamente defendido e levou muitas gerações de mulheres a parir pela primeira vez no ambiente hospitalar, buscando dar a luz em partos rápidos, de completa sedação e, conseqüentemente, sem dor.

Já a cesariana começa seu processo de modernização e popularização na década de 1950. “(...) uma cesariana era tão perigosa no começo do século, que em 1910 seu índice de ocorrência nos EUA era em torno de 0,2%.” (ODENT, 2003, p.47) Os avanços se dão no tipo de incisão feita (que passa a ser horizontal, no baixo ventre, e não mais vertical) e também com as descobertas de novos métodos de anestesia no pós-guerra. Os números de parturientes operadas só aumentam, de fato, na década de 1960, quando surgem as primeiras gerações de obstetras treinados cirurgicamente. “Durante essa fase de transição, os partos se concentraram cada vez mais nos hospitais. Era fácil convencer qualquer pessoa de que a melhor forma de aproveitar os recentes avanços

⁶ A episiotomia consiste em um corte efetuado na região do períneo (área entre a vagina e o ânus) para ampliar o canal de parto.

médicos era dar à luz o mais próximo possível de uma sala cirúrgica.” (ODENT, 2003, p.47)

Ainda outras tecnologias são agregadas ao fazer nascer nos anos seguintes, como os monitores fetais, na década de 70 e, no final do século XX, a anestesia peridural. Uma crescente hospitalização do parto, entretanto, não é a única consequência do parto industrializado. A maior tendência e o maior contraste com a ideia de parto enquanto acontecimento é a padronização – rotinas e protocolos são acoplados em definitivo à prática obstétrica.

Na cabeça de muita gente, além do parto por cesariana, que pode ser planejado ou decidido durante o parto, existe um parto “normal”, quase padronizado. No caso de um parto “normal”, a mulher recebe uma peridural e ocitocina intravenosa, enquanto o bebê é monitorado eletronicamente. É normal que um tubo seja inserido pela uretra para esvaziar a bexiga. Durante as últimas contrações, a utilização de uma ventosa (ou de fórceps) é associada a uma episiotomia. No momento preciso em que o bebê nasce, administra-se uma droga rotineiramente para contrair o útero, permitindo a expulsão segura da placenta. Na idade do parto industrializado, a mãe não tem o que fazer. Ela é uma “paciente” (ODENT, 2003, p.49)

Cabe ressaltar que tal padronização foi vastamente aceita pelas mulheres por superar, em grande parte, um dos maiores obstáculos do parto, que era o medo da morte.

(...) há um século, nos EUA, por exemplo, o risco de morrer de gravidez ou de parto era acima de 400 por 100.000. Por isso, foi fácil convencer as mulheres de que a eliminação de ‘parteias desesperadamente sujas, ignorantes e incompetentes’, e a expansão da obstetrícia constituíam a solução e podiam oferecer alívio e sucesso nos desfechos dos partos. Isto também explica porque a mudança gradual do parto de casa para o hospital foi bem recebida por grande parte da população. (ODENT, 2003, p.53)

Na década de 80, a taxa de mortalidade materna cairia para 8 em 100mil tanto na Europa Ocidental, como nos Estados Unidos. Odent (2003) narra, todavia, que a medicalização do parto promoveu um processo crescente de distanciamento da “paciente”. Tal processo intensificou-se de tal modo que gerou enquanto linha de força contrária e de resistência, um movimento em prol, paradoxalmente, da humanização do parto. Defendida também por obstetras e cientistas, sendo respaldado por recomendações da Organização Mundial da Saúde, humanizar o parto é acessar muitos dos saberes femininos tradicionais, legitimando-os, agora, também no campo científico.

4. Do corpo-máquina de reprodução ao corpo-humano – algumas considerações

“O poder não mais circula e se reproduz apenas através de lugares e instituições no espaço - como a clínica ou a prisão analisadas por Foucault - ou práticas de linguagem”, defende Jussi Parikka (*apud* GODDARD, 2017, p.21). O poder está também nos sistemas, softwares e hardwares, manuais, protocolos e sistemas.

O corpo com útero foi agenciado e feito uma dessas máquinas, um hardware construído através da investida de diversos discursos que o adaptaram para operar em função da (re)produção de novos corpos. A sanidade desta máquina, medida através do cumprimento pleno de suas funções.

Espécie de órgão vital da mulher, esta dupla boca a ser alimentada vaticinava sobre os destinos femininos, direcionando-os para a maternidade caso quisessem ser considerados sãos. Transfigurado em critério de avaliação dos comportamentos, o órgão da procriação serviu como instrumento da Igreja para cercear, nos limites do casamento e da maternidade, as populações femininas. A mulher transgressora estaria fadada à exclusão, com a pecha de doente, infecunda ou ninfômana. (DEL PRIORE, 2009, n.175)

À arqueologia do parto, cabe compreender a inveção desta máquina, assim como dos demais instrumentos e tecnologias desenvolvidos para manejá-la, como parte de um discurso de dominação da produção de vida. Da mesma maneira, faz-se mister evidenciar as demais dobras no tempo, que propagaram outras versões da corporalidade feminina. “Que esse processo seja tanto processo de invenção quanto de descoberta e considere tanto dimensões imateriais, como o pensamento e o afeto, quanto componentes tecnológicos é uma parte essencial do seu método.” (GODDARD, 2017, p.27) Reescrever a história do parto, possivelmente, deve passar por um exercício de invenção, na exploração do extra-discurso, das máquinas não materializadas, de afetos não registrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DE PAIVA, Rui. A humanização da assistência ao parto. In: RATTNER, D.; TRENCH, Belkis (org). Humanizando nascimentos e partos. São Paulo: Editora Senac, 2005

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa - mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 4ªedição, Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GODDARD, Michael. Arqueologia das Mídias, “Anarqueologia” e Ecologia das Mídias. In: DE MELLO, J. G.; CONTER, M. B. (Org). A(na)rqueologia das Mídias. Curitiba: Appris, 2017.

ODENT, Michel. O camponês e a parteira. Uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto. São Paulo: Ground, 2003.

PARIKKA, Jussi. Arqueologia da Mídia: interrogando o novo na artemídia. In: DE MELLO, J. G.; CONTER, M. B. (Org). A(na)rqueologia das Mídias. Curitiba: Appris, 2017.